

Brasília, 29 de abril de 2025.

INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TERMO DE ACORDO

Vivemos um momento de grande desafio para os técnico-administrativos em educação (TAE) das Instituições Federais de Ensino (IFE). A conjuntura atual pode ser comparada a um mar revolto, onde nossa categoria, historicamente desvalorizada, encontra-se em um bote inflável com remendos — uma metáfora da precariedade estrutural em que trabalhamos.

As dificuldades econômicas impostas por políticas fiscais restritivas, tanto no Brasil como no cenário mundial, agravam nossa situação. A guerra fiscal internacional e as políticas de austeridade interna colocam em risco conquistas históricas e ameaçam o futuro das carreiras públicas. É preciso reconhecer que uma greve isolada nas IFE, embora legítima e necessária em muitos casos, sozinha não será capaz de reverter o quadro de chantagem política e econômica imposto sobre a sociedade brasileira.

A globalização e os acontecimentos mundiais têm feito com que a mídia dê destaque para pautas econômicas e sociais que não representam a luta da classe trabalhadora brasileira. Observamos a disputa mundial entre grandes potências como EUA e China, com prejuízo principalmente para os mercados do sul global e para uma economia ainda pautada no dólar. A instabilidade econômica brasileira deriva, principalmente, da especulação financeira e de uma política voltada para os rentistas onde a grande questão é pressionar pelo aumento dos juros e alta do dólar. Apesar da diminuição expressiva do número de desempregados e o corte nos impostos de alimentos da cesta básica, acompanhamos tímidas exposições contrárias aos grandes produtores brasileiros, que estocam produtos como café para especular nas bolsas de valores, enquanto são os mesmos que estão esperando o sinal verde da China para embarcar a sua produção de grãos (milho, soja), favorável apenas ao agronegócio brasileiro que contempla uma pequena parcela de nossa sociedade. Desta forma, é preciso que a classe trabalhadora deixe claro que o Governo brasileiro não deve entrar nessa ciranda financeira que, mais ainda, só beneficiará o agronegócio.

Seguindo nessa avaliação internacional, em meio aos conflitos instalados na Ucrânia e no Oriente Médio, onde o massacre do povo Palestino segue à toda, vemos que o mundo perde uma de suas maiores lideranças contra as guerras, a fome, a miséria e o capitalismo. A morte do Papa Francisco traz ansiedade e expectativa, numa disputa entre a ala progressista e conservadora da Igreja Católica.

Na conjuntura da política brasileira vemos novos ataques à democracia, a partir de um Congresso Nacional de maioria conservadora e neoliberal, atrasando pautas importantes para a população brasileira enquanto defende anistia a golpistas e perseguição à parlamentares da esquerda. A tentativa de cassar o mandato de Glauber Braga – PSOL/RJ é um exemplo recente, que somente visa saciar a sede de vingança, pois ele é um dos responsáveis pela luta para um orçamento aberto e transparente, para que todos os brasileiros saibam onde estão sendo aplicados os recursos. Vê-se que a sanha de Arthur Lira em vingar-se é muito mais forte do que a realidade que o povo brasileiro anseia.

Glauber Fica!

Esse mesmo Congresso, por sua vez, chantageia o executivo pela manutenção de suas emendas no orçamento, enquanto o serviço público é alvo do desmanche por parte de governadores, como Ratinho Jr., Tarcísio de Freitas e Romeu Zema, que apoiam descaradamente um ex-presidente inelegível e a anistia aos golpistas. Quanto à mídia, sempre a serviço do grande capital, alardeia a denúncia de fraudes no INSS sobre uma das classes que mais vem sofrendo nesse país, que são os aposentados e aposentadas. As denúncias contra o Presidente do INSS são gravíssimas e seu afastamento do cargo junto a outros servidores foi acertado, cabendo ao governo cobrar uma investigação célere a mais esse caso assombroso, que está instalado no INSS desde 2019. Mas, não podemos permitir que esse discurso seja utilizado para desqualificação do serviço público e gratuito. Se olharmos para o Poder Judiciário, este segue na tarefa de cassar representantes, desafetos da direita, mandando prender Collor de Mello. Nesta novela, o Ministro Alexandre de Moraes segue posando de bom moço, destruindo a direita, porém se analisarmos a conjuntura brasileira, não faltam elementos para indicar que daqui a pouco, poderemos ter um novo golpe de centro, contra o governo Lula.

A consequência dessa conjuntura nacional e internacional é que muitos de nossa categoria,

trabalhadores e trabalhadoras da educação e da saúde, precisam conciliar o debate sobre carreira com as contas mensais, a imprevisibilidade de parlamentares defensores de golpistas que adiam pautas sociais importantes, como a discussão das consequências da instabilidade climática para a saúde mental e a qualidade de vida da população. Essa é a base que lutou por carreira e educação na greve de 2024 e que, agora, se unifica pelo cumprimento integral do Termo de Acordo.

Passaram-se mais de 100 dias da dilatação do prazo para o cumprimento do Termo de Acordo 11/2024 – resultado da greve dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino. Mas, parece que a letargia do governo em relação às nossas demandas não cumpridas, impactam de forma diversa, contaminando nossa base, principalmente no momento em que os contracheques do mês de abril começam a trazer os resultados financeiros da greve. A mobilização precisa ser constante!

É impossível imaginar que nossa categoria se conformará somente com esse cumprimento que está sendo posto nesse momento. É preciso avançar, e muito, no que pautamos em nosso Termo de Acordo. Caso contrário, veremos nossas fileiras vencedoras, postas em 2024, serem abatidas uma a uma nessa batalha sem fim. Precisamos reforçar o compromisso de lideranças da FASUBRA com a base. E, para isso, precisamos novamente estar levando para a categoria uma pauta que fará com que o governo cumpra o que ainda resta neste termo. É necessário reforçar os tratados com nossa base através de mobilização.

É preciso que nosso Termo de Acordo seja integralmente cumprido. Deixar de lutar nesse momento é trazer para nossa categoria desalento e desânimo, o que jamais permitiremos, e precisamos lutar para que isso não ocorra. Implantar as 30 horas para todos é prioridade. Reposicionar aposentados(as) no PCCTAE é de extrema importância para manter a unidade da categoria e reduzir danos. Precisamos de um RSC-TAE que contemple toda a categoria e de cargos que atendam às demandas das instituições e reflitam a qualificação da nossa base. Os steps e a correlação entre as tabelas precisam estar explicitados, conforme o Termo de Acordo e o texto construído coletivamente pela CNSC-MEC.

É preciso dar um basta nessa letargia e, para isso, estamos apresentando um calendário de lutas já iniciando na próxima semana, antes da data de 1º de maio.

Diante disto, nossa prioridade máxima é o cumprimento integral do termo de acordo, com pressão sobre o MEC e MGI. E, em conjunto, realizar a pressão organizada e contínua sobre o Parlamento, para garantir a aprovação da medida provisória ou do projeto de lei, que tratam da reestruturação da nossa carreira. Esta é uma ação urgente e estratégica. Sem a aprovação desta legislação, enfrentaremos riscos reais e profundos: o congelamento salarial, a deterioração das condições de trabalho e o enfraquecimento progressivo da nossa importância dentro da estrutura de serviços públicos federais.

A mobilização precisa ir além da paralisação, devemos ampliar nossa capacidade de sensibilizar a opinião pública e o legislativo, através de ações planejadas como:

- Realização de audiências públicas em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional;
- Panfletagens em feiras livres, praças públicas e espaços de grande circulação;
- Atuação ativa nos Conselhos Universitários;
- Abordagem direta de parlamentares em aeroportos às segundas e terças-feiras, aproveitando os deslocamentos para Brasília.

Essas iniciativas são fundamentais para gerar visibilidade, pressionar os parlamentares e envolver a comunidade universitária e a sociedade civil em torno da nossa pauta. É igualmente necessário fazer uma autocrítica sobre a atuação das direções sindicais em seus estados, questionar o quanto conseguimos mobilizar, identificar nossas falhas e fortalecer a unidade interna. A fragmentação e as disputas internas enfraquecem nosso movimento, e este é um momento em que devemos construir pontes e degraus, e não muros.

Mais do que nunca, precisamos transformar nossa mobilização em uma ação estratégica inteligente e persistente. Somente assim conseguiremos alcançar nossos objetivos e proteger o futuro da nossa carreira.

Como dizia um velho ensinamento: para sonhar com milagres, é preciso antes aprender a

rezar com fé — e agir com sabedoria e coragem.

Portanto companheir@s, pauta temos, o que não podemos é deixar que sejamos levados pelo comodismo e esperar que se resolvam nossos problemas sem que haja uma luta mais profunda.

Ousar lutar, ousar vencer!

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA APROVA INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO DE GREVE

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical foi concluída na tarde deste sábado (26), e aprovou intensificar a mobilização da categoria para assegurar o cumprimento integral do acordo de greve, firmado com o governo federal. O prazo final para que o Executivo viabilize os instrumentos necessários à efetivação dos pontos pendentes do acordo é 31 de maio. Os trabalhos foram conduzidos pela coordenação geral da entidade, composta por Cristina del Papa, Ivanilda Reis e Loiva Chansis.

O último dia da plenária, além da conclusão do debate sobre conjuntura, aprovou moções de apoio e deliberou por um plano de lutas conforme abaixo:

- A realização de uma Plenária Nacional presencial nos dias 13, 14 e 15 de junho, momento em que serão avaliadas as negociações, a mobilização e indicativo de greve, se for necessário.
- Orientar uma rodada de assembleias na primeira semana de junho.
- Orientar as bases paralisar dia 5 de maio, dia da reunião FASUBRA e MEC que ocorrerá as 17h.
- Como parte das ações de mobilização, foi aprovada caravana a Brasília no dia 21 de maio, com paralisação nacional de 48 horas, nos dias 21 e 22 de maio.
- A FASUBRA vai convocar no início de junho, uma reunião online nacional com médicos (as) e médicos (as) veterinários (as) para discutir estratégias caso não seja aprovada mudança no PL, o tema deve ser discutido com Assessoria Jurídica Nacional da FASUBRA em conjunto com as assessorias jurídicas das entidades bases.
- Pela necessidade de mobilização, alterar o encontro da CIS para que seja feito em junho, em breve será divulgado nova data.

- A FASUBRA se comprometeu a encaminhar ofício e cobrar da ANDIFES, que sejam revogadas portarias que afrontam a liberdade sindical e a autonomia das entidades sindicais, que vem ocorrendo em algumas universidades, como é o caso da UFTM.
- Moções de apoio à liberdade do estudante palestino ativista Mahmoud Khaliu e de todos os presos políticos que apoiaram o povo palestino. A FASUBRA também expressou solidariedade à greve dos trabalhadores do serviço público municipal de São Paulo, que lutam por valorização salarial e melhores condições de trabalho.
- Aprovação de documento a ser encaminhado ao governo federal exigindo resposta sobre os casos de violência policial nos estados brasileiros, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A entidade também manifestou apoio à libertação do Dr. Husaam Abu Safiyya, pediatra e diretor do Hospital Kamal Adwan, no norte da Faixa de Gaza e de outros profissionais de saúde detidos em Israel.
- A Plenária reafirmou a importância da unidade e da mobilização contínua da categoria para a conquista de suas pautas.

FASUBRA SINDICAL PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANTISEXISTA NO PNE

Na tarde desta quarta-feira (23), a FASUBRA Sindical representada pelos diretores Maria Lucineide Paiva dos Santos, José Francisco Moraes de Lima e Wagner Viera, marcou presença em uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados para discutir a inclusão de diretrizes de educação antirracista e antissexista no Plano Nacional de Educação (PNE). A iniciativa foi proposta pela deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), reconhecida por sua atuação em defesa da igualdade racial e de gênero na educação brasileira.

A audiência teve presente O Ministério da Educação (MEC) participou do debate com uma análise do tema no documento. O encontro reuniu representantes de organizações da sociedade civil, além de estudantes. Entidades sindicais, especialistas em educação e pessoas engajadas na luta por uma escola mais justa e inclusiva. Durante o encontro, foram debatidas estratégias para combater o racismo estrutural e o sexismo presentes nas instituições de ensino, com foco na formulação de políticas públicas que promovam a equidade no acesso e na permanência de estudantes nas escolas e universidades.

Os dirigentes da FASUBRA destacaram a importância de inserir no PNE metas claras voltadas à formação de profissionais da educação com enfoque antidiscriminatório, bem como a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e de gênero.

A audiência pública reforçou o compromisso de diversos setores da sociedade civil com uma educação democrática e plural, que respeite as identidades e promova a justiça social.

FASUBRA SINDICAL INTEGRA JORNADA NACIONAL DE DEBATES DO DIEESE SOBRE TRABALHO, MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO JUSTA

Representantes do plantão da FASUBRA Sindical, Felipe Martins e Roberto Luiz participaram, em Brasília, da Jornada Nacional de Debates promovida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O tema central da Jornada foi "Trabalho, meio ambiente e transição justa: rumo à COP 30". A iniciativa teve como objetivo ampliar o diálogo entre trabalhadores, pesquisadores e lideranças sociais, discutindo os desafios e as perspectivas para a construção de uma transição ecológica que seja socialmente justa e economicamente sustentável.

Durante o evento foi enfatizado a importância da participação ativa das entidades na formulação de políticas públicas ambientais, bem como a necessidade de processos de requalificação profissional diante das transformações na matriz produtiva. Também foi destacada a urgência de desenvolver estratégias que assegurem a criação de empregos verdes e sustentáveis, fundamentais para enfrentar os impactos da crise climática.

A direção da FASUBRA reforçou que é fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras estejam no centro das discussões sobre as mudanças climáticas, considerando que a classe trabalhadora é a mais afetada. As mudanças climáticas causam graves transtornos, elevam o custo de vida, geram adoecimento, provocam mortes e eliminam empregos, atingindo especialmente os mais vulneráveis. Milhares de trabalhadores(as) brasileiros(as) já vivenciam cotidianamente as consequências da emergência ambiental, como enchentes, secas, desastres naturais e deslocamentos forçados.

A realização da 30ª Conferência das Partes (COP 30), programada para 2025 em Belém

(PA), foi apontada como uma oportunidade histórica para que o Brasil exerça papel de destaque no debate global sobre justiça climática e transição ecológica.

Com sua participação, a FASUBRA reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores(as), a construção de alternativas sustentáveis e a luta por um futuro ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente inclusivo.

Seguimos firmes na construção de alternativas que unam justiça social, trabalho digno e sustentabilidade!

FASUBRA SINDICAL PARTICIPA DA MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA EM BRASÍLIA DEFENDENDO A JORNADA REDUZIDA, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Milhares de trabalhadores de diversas categorias ocuparam o centro de Brasília, nesta terça-feira (29), durante a Marcha da Classe Trabalhadora, mobilização nacional organizada pelas centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Pública e Intersindical, incorporado também pelo FONASEFE. A FASUBRA Sindical participou ativamente do ato, com a presença de membros da direção nacional e representantes de diversas entidades de base.

A concentração teve início por volta das 8h, com uma plenária na Praça da Cidadania, próxima ao Teatro Nacional. No local, foi lançada a Pauta da Classe Trabalhadora 2025, que reúne as principais reivindicações do movimento sindical para o próximo ano. O documento será entregue ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; do Senado Federal, Davi Alcolumbre; do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso; e do Tribunal Superior do Trabalho, Aloysio Corrêa da Veiga.

Após a plenária, os manifestantes seguiram em marcha até a Esplanada dos Ministérios, onde entregaram, simbolicamente, suas demandas aos Três Poderes.

Entre os principais pontos da pauta está a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, com o fim da jornada 6x1. A proposta será apresentada por meio de uma Proposta

de Emenda à Constituição (PEC). Outra reivindicação de destaque é a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, como forma de promover maior justiça tributária e aliviar o peso dos impostos sobre os trabalhadores de menor renda.

A marcha também reforçou a luta pela revogação das reformas Trabalhista e da Previdência, além da valorização do salário mínimo, valorização do serviço público, geração de empregos formais e ampliação de direitos trabalhistas.

A participação da FASUBRA Sindical na Marcha reforça o compromisso da entidade com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, especialmente dos técnico-administrativos em educação das universidades públicas brasileiras e dos servidores públicos, em geral.

CALENDÁRIO

ABRIL

29	Adesão da FASUBRA ao ato convocado pelas Centrais Sindicais e FONASEFE – Marcha da Classe Trabalhadora
29	CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA FASUBRA PREPARATÓRIA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS (5ª CNSTT)

MAIO

01	Dia do Trabalhador e da Trabalhadora
05	Reunião com o MEC – Paralisação Nacional
16 a 18	Encontro Nacional LGBTQIA+
21	Caravana à Brasília
21 e 22	Paralisação de 48h

JUNHO

02 e 03	Encontro Jurídico e Seminário para discutir a decisão do STF sobre regimes e contratações (virtual)
06 e 07	Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora
13, 14 e 15	Plenária Nacional – Brasília-DF.

OUTUBRO

06 a 10	XXXI Seminário Nacional da Segurança das IPES e EBTTs
---------	---